

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.615 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : VIVIANE DAMAS
ADV.(A/S) : OSMAR ALVES MUNDIM
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

DECISÃO: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A Terceira Vice-Presidência do TJMG concluiu pela impossibilidade de interposição do apelo extremo por tratar-se de acórdão já retratado, consoante determinação do artigo 543-C do CPC.

A parte agravante alega que a decisão recorrida encontra-se em confronto com o atual entendimento do Supremo.

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, constato a ausência de procuração a regulamentar a representação de advogado nos autos. Esta Corte assentou o entendimento, segundo o qual é inexistente o recurso assinado por advogado sem instrumento de mandato nos autos, sendo inoportuno, nessa fase processual, a aplicação do artigo 13 do CPC. Sobre o tema:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADVOGADO SUBSCRITOR DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO SEM PODERES DE REPRESENTAÇÃO. INVIABILIDADE DA CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. VÍCIO INSANÁVEL. RECURSO INEXISTENTE. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. DECISÃO RECORRIDA PUBLICADA EM 17.11.2014. 1. O entendimento adotado pela Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que é inexistente o recurso assinado por advogado sem procuração nos autos, vício que não se traduz em mera

ARE 919615 / MG

irregularidade do ato processual praticado, de todo inviável, na instância extraordinária, converter o feito em diligência, nos moldes preconizados pelo art. 13 do Código de Processo Civil. Precedentes. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 865.051-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 12.08.2015)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SUBSTABELECIDO. CADEIA DE SUBSTABELECIMENTOS INCOMPLETA. ADVOGADO SUBSTABELECENTE SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. RECURSO INEXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – É pacífico o entendimento nesta Corte no sentido de ser inexistente o recurso subscrito por advogado sem procuração nos autos no momento da interposição do recuso. Precedentes. II – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 750.250-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 22+08.2014)

Ademais, observo a ausência do preparo. A jurisprudência do STF concluiu ser o preparo requisito exigido no momento da interposição do recurso extraordinário, nos termos do art. 511 do CPC e 59 do Regimento Interno desta Corte. Ressaltou que eventual pedido de gratuidade de justiça, seja na petição do extraordinário, seja na petição do agravo, e posterior deferimento, não tem a capacidade de retroagir para afastar a deserção outrora configurada.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

‘PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREPARO. DESERÇÃO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE

ARE 919615 / MG

IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 287. NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. OFENSA INDIRETA. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO FUTURO. RECURSO PROTELATÓRIO. MULTA. AGRAVO IMPROVIDO. I - O agravante não atacou todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai a incidência da Súmula 287 do STF. II - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que incumbe ao recorrente comprovar, no ato de interposição do recurso, o pagamento do respectivo preparo. Precedentes. III - É que a apreciação do tema constitucional, no caso, demanda o prévio exame de normas infraconstitucionais. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. IV - O deferimento do benefício da gratuidade da justiça, só produz efeitos futuros, assim, julgado deserto o recurso, de nada adiantaria a concessão posterior do benefício. Precedentes. V - Recurso protelatório. Aplicação de multa. VI - Agravo regimental improvido(AI 744.487-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 16.10.2009).

“Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Processual Civil. Ausência de preparo. Deserção. O recolhimento do preparo deve ser comprovado no momento da interposição do recurso extraordinário. Precedentes. 3. Embargos protelatórios. Imposição de multa. 4. Embargos de declaração rejeitados” (ARE nº 718.213/BA-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 6/11/13).

Ante o exposto, conheço do presente agravo para negar-lhe provimento, nos termos do art. 544, § 4º, II, “a”, do CPC e 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente